

Moratória tácita avança e preocupa os bancos.

O mês de maio ficará conhecido como aquele em que os negócios no Brasil entraram em um período de "moratória tácita" — feliz expressão cunhada pelo tributarista Carlos La Rocque para classificar uma situação na qual empresários que tomaram dinheiro emprestado a bancos deixam de pagar em dia seus compromissos. Alguns desses tomadores têm razões de sobra para agir assim, como Rita de Cássia Araújo Carvalho, dona da Arama Distribuidora de Calçados, do Rio. Ela tem um colossal estoque, que vale 40 milhões de cruzados, mas nenhum centavo para pagar os *papagaios* vencidos em sete bancos.

Outros devedores, no entanto, não comparecem ao caixa dos bancos apenas por oportunismo. Mas foram praticamente induzidos a isso: "Quando o ministro Bresser Pereira afirmou que a inflação se *estabilizaria* em 20% nos próximos meses para cair aos 10% no fim do ano, os devedores começaram a deixar de saldar os compromissos", afirma um bem situado banqueiro. "Sabem que podem pagar uma parte do que devem agora mas que talvez não possam no próximo mês; assim, preferem fazer uma reserva em dinheiro e esperar que venha o socorro oficial."

Isso significa que uma parte desses

tomadores de dinheiro, que são chamados de caloteiros, está fazendo exatamente o que qualquer país faz antes de decretar uma moratória: estocam reservas. O problema é que, na outra ponta — nos bancos —, não foi tomada idêntica providência. Por lei, as instituições só podem reservar 1,5% de seus ativos para fazer frente ao que tecnicamente se chama "provisão para crédito de liquidação duvidosa", os calotes. Conhecido consultor fiscal carioca admite que tem vários caloteiros por conveniência entre seus calotes. "Eles acham um absurdo pagar 30% por mês de juros, acreditam que alguma coisa vai acontecer para ajudá-los e não pagam." Para tais clientes, esse consultor tem dado vários conselhos sobre as formas de empurrar a situação. O mais recente é que o devedor bote tudo o que tem em nome dos filhos. Se o banco vier executar a dívida, não encontrará nada com que se ressarcir. "Jamais o curador de menores decidirá pela entrega de bens de uma criança em paga de uma dívida bancária", afirma.

Perpetuação — No meio desse tiroteio, os bancos preocupam-se cada vez mais com o volume de promissórias que não conseguem transformar em dinheiro. Discretos por ofício, os banqueiros entram em mutismo total quando se

tenta medir com eles o nível de inadimplência de seus clientes — a percentagem dos empréstimos que não estão sendo honrados. Pelo menos um grande banco brasileiro, sediado em São Paulo, está dando por perdidos de 20% a 25% de seus créditos; até novembro passado esse volume situava-se entre 6% e 7%.

A situação, aparentemente ruim só para os bancos, é péssima para todos. Os tomadores podem deixar de pagar agora, mas não terão acesso a novos empréstimos. Ambas as partes, na verdade, estão sendo bombardeadas por uma megatonagem maior: a dívida pública do governo só cresce — e, quando ela cresce, o governo vai tomando mais dinheiro, fazendo subir a taxa de juros e a inflação.

Tal ciranda é perversa, pois muda a cultura de parte dos brasileiros, até há pouco tempo altamente empenhados em produzir, como o paulista Antonio Marangão, empreiteiro de obras, que se declarando sem condições de saldar suas dívidas, ele está disposto a fechar sua firma — demitindo os 300 empregados remanescentes de um quadro de 700 —, vender todos seus equipamentos e colocar o dinheiro no *overnight*. O lucro receberá refestelado em sua fazenda. Em vez de fazer obras, será mais um agente a girar a manivela da ciranda financeira.